

Subdesenvolvimento e Sustentabilidade: O caso do Vale do Ribeira (SP)¹

Flávio Tayra (PUC/SP)

Resumo: *As desigualdades geradas pelo capitalismo, conquanto o grande avanço na acumulação de riquezas propiciada por esse sistema, levam-nos neste final de século, à necessidade de se repensar o conceito de desenvolvimento econômico, num enfoque que enfatize a melhoria de qualidade de vida dos indivíduos. Nos últimos anos, veio juntar-se a essa necessidade premente, a variável ambiental. O caso do Vale do Ribeira, SP, configura-se então num caso emblemático, em que essas variáveis encontram-se somadas, e fornece subsídios para se pensar novas formas de desenvolvimento.*

Introdução

Este século, principalmente no pós-2ª Guerra, viu florescer a literatura sobre o desenvolvimento econômico. Muitos foram os cientistas sociais que se engajaram na idéia de que o desenvolvimento econômico, da forma como foi praticada pelos países que lideraram a Revolução Industrial, podia de uma certa forma ser universalizado.

Desta forma, mesmo os países subdesenvolvidos, mediante a uma sequência de fases (conforme Rostow), haveria de atingir o mesmo nível de desenvolvimento das nações desenvolvidas, ou mesmo, e talvez fundamentalmente, o seu padrão de consumo.

Foi seguindo essa diretriz básica, que Furtado (1974) qualificou de “mito do desenvolvimento econômico”, que foram implementadas as políticas de desenvolvimento nos países atrasados, tendo como fio condutor, a idéia de progresso.

Reportando-se aqui especificamente ao caso brasileiro, a experiência nos mostra que embora a economia tenha crescido a taxas altas no período do pós-guerra (de 1945 a 1980, o PIB brasileiro cresceu a uma taxa média de 7% a.a.), o mesmo não pode ser verificado quanto à melhoria das condições de vida de seus habitantes - pelo menos, a sua maioria - que viu concomitantemente à construção de um imenso e até alguns anos atrás, relativamente moderno

¹ Este trabalho é parte de pesquisa desenvolvida pelo mestrando Flávio Tayra, sob a orientação da Profª Drª Helena Ribeiro Sobral, junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC/SP. Tal pesquisa conta com o apoio financeiro da FAPESP.

parque industrial, ver o seu poder de compra ser diluído no decorrer do tempo, a ponto de ser considerado nos anos 90, um dos países mais desiguais do mundo, em termos de distribuição de renda.

Tal constatação, independente da análise dos pormenores e das condições que conduziram a tal situação, apenas nos salienta o diagnóstico que já se tornou um lugar-comum, de que desenvolvimento e crescimento econômico são dois conceitos inteiramente diferentes.

Alia-se a essa já decantada dicotomia, talvez inicialmente em razão da Conferência de Estocolmo e a publicação do relatório produzido pelos técnicos do MIT, para o Clube de Roma, - “Limites do Crescimento”, em 1972 - , a noção de que a forma de exploração dos recursos naturais do planeta, o industrialismo desenfreado, conduziria estes fatores à exaustão num horizonte não muito distante.

A partir daí, a despeito da irritação entre os economistas que tal relatório provocou, a preocupação com o meio ambiente passou a ser ventilada mesmo a nível dos organismos internacionais, embora tais questões já estivessem na pauta de muitos segmentos em períodos anteriores; mas é a partir deste momento que esta questão passa a ter estudos mais formalizados e incorpora-se ao espectro das “questões sérias e científicas”.

Constatação básica desta linha de raciocínio é a noção de que industrialização não é sinônimo de desenvolvimento. Retornando ao caso brasileiro, assistimos paralelamente à incidência das altas taxas de crescimento, um inchaço das grandes metrópoles, um crescimento assustador da criminalidade, um aumento exacerbado da poluição, etc... em decorrência basicamente da urbanização rápida e forçada ocorrida no país, em virtude do modelo industrializante.

O objetivo deste trabalho é incluir nesta discussão uma tentativa de se repensar o desenvolvimento, analisando as consequências do industrialismo e a visão de progresso embutida em tal lógica; mas, ainda que analisando tais fatos e lógica do pensamento, nosso objeto de estudo parte de condições opostas: enfocaremos aqui o caso da evolução econômica do Vale do Ribeira, região que se localiza no litoral sul do estado de São Paulo.

Conhecida por sua pobreza, contrastante ao nível de desenvolvimento geral do estado, esta região conheceu um processo de desenvolvimento que caminhou, basicamente, na contra-mão do modelo industrializante. Ou seja, ainda que o estado tenha sofrido uma série de alterações em seu padrão de crescimento, esta região não caminhou pela mesma senda: isolado do processo modernizante, o Vale do Ribeira apresentou um comportamento que em muito se difere do restante do estado, o que não quer dizer que se logrou obter um melhor resultado quanto ao seu nível de

desenvolvimento social. Mas, tal delineamento permitiu com que, a despeito de seu baixo nível de atividade econômica, a região conseguisse, *grosso modo*, proteger o seu patrimônio ambiental (os últimos resquícios de Mata Atlântica do estado), uma variável que neste fim do século adquire cada vez mais maior proeminência.

A questão que se coloca então, basicamente é: tivemos um modelo de desenvolvimento (crescimento) econômico, que paralelamente ao fato de ter conseguido modernizar as bases da economia, trouxe consigo uma série de distorções, concentrando renda e gerando, em alguns casos, exemplos gritantes de involução social, e o que é pior, dilapidando seu próprio *habitat*. Por outro lado, tal caminho de “desenvolvimento”, não pôde ser seguido por todos, e o resultado não foi mais satisfatório. Existiria uma outra via de desenvolvimento?

Nesse sentido, surge a nossa discussão específica sobre o caso do Vale do Ribeira: dada a sua riqueza natural e seu baixo nível de desenvolvimento. Uma hipótese que permeia este trabalho é a de que nela pode-se efetivamente repensar questões básicas de desenvolvimento futuro. Um modelo de desenvolvimento que consiga não dilapidar o meio ambiente, e que possa gerar uma melhor condição e qualidade de vida para seus habitantes.

Com base neste raciocínio, dividiremos este trabalho em basicamente duas etapas: na primeira, discutiremos a questão do “mito” do desenvolvimento econômico - como assim a denominou Celso Furtado -, de como os economistas e outros cientistas sociais arregimentaram esforços para que tal objetivo fosse alcançado. Discorreremos ligeiramente sobre algumas destas teorias e a constatação já há quase 30 anos de que tal lógica tinha os seus limites. A partir de então, o conceito passa a ser repensado em outras bases, incluindo novas variáveis, até chegarmos aos anos 90.

Na segunda etapa enfocaremos o caso do Vale do Ribeira, suas particularidades, e a possibilidade de que ela possa ser um exemplo emblemático da possibilidade de um outro tipo de modelo de desenvolvimento econômico e social.

Cabe salientar, de antemão, que este trabalho não possui a menor ambição de ser conclusivo, mas apenas incluir alguns argumentos para se repensar o desenvolvimento.

I - O Mito do Desenvolvimento Econômico

“... os mitos operam como faróis que iluminam o campo de percepção do cientista social, permitindo-lhe ter uma visão clara de certos problemas e nada ver de outros, ao mesmo tempo que lhe proporciona conforto intelectual, pois as discriminações valorativas que realiza surgem ao seu espírito como um reflexo da realidade objetiva.”
(Furtado, 1974, p. 15-16).

Foi escorado no mito do desenvolvimento econômico que os cientistas sociais - principalmente os economistas -, no pós-guerra se puseram a elocubrar e teorizar as condições que haveriam de conduzir ao esquema de acumulação de capital que proveria o impulso em direção ao progresso.

Por sua importância, a gama de autores que se dedicaram ao tema é enorme, portanto o volume de material e interpretações é vastíssimo. Desta forma, a delimitação de alguns autores para a análise se faz necessária.

Para tal empreendimento, resgataremos aqui três visões teóricas: Rostow, Prebisch (e a revisão da CEPAL) e Gershenkron, que constituem-se em exemplos de autores já clássicos do desenvolvimento econômico; tais autores estão aqui colocados apenas para dar uma pequena amostra da evolução do pensamento econômico desenvolvimentista em sua busca pelo progresso.

Na acepção de Rostow (1969), todas as sociedades atravessam fases no processo de desenvolvimento: sociedade tradicional; pré-condições para o take-off (decolagem); o take-off; marcha para a maturidade; e a era do consumo de massas. Embora tal visão padeça de um evolucionismo intrínseco, a importância de Rostow decorre não só da generalização da aplicabilidade de estratégias de desenvolvimento, que não só poderiam, mas deveriam ser utilizadas para viabilizar o objetivo de fabricar o desenvolvimento, mas também da disseminação desta hipótese (take-off, definida por ele como uma revolução industrial em cada país) em vários outros economistas.

Nas formulações de Rostow merecem destaque as questões dos pré-requisitos e da necessidade de uma vanguarda industrial (o empresário local). Entende Rostow que pré-requisitos são aspectos relacionados à construção prévia de condições para a decolagem, através de investimento em infra-estrutura, investimentos estes que podem levar muitos anos para se efetivarem.

A primeira observação externa sobre o modelo de Rostow é que, nesse estágio da teoria do desenvolvimento econômico, não se fazia a menor diferenciação entre crescimento e desenvolvimento. Desta forma, a solução para a questão do subdesenvolvimento seria buscar a

repetição das industrializações clássicas de uma maneira induzida. Crescimento se confundia com desenvolvimento porque o pressuposto básico era que a industrialização traria consigo a homogeneização social.

A visão de Rostow além de pioneira, talvez por isso mesmo, carrega consigo uma grande dose de “romantismo” quando imagina uma unidade dos caminhos que conduzem ao desenvolvimento. A crença de que qualquer país poderia ter a sua revolução industrial o leva a crer que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são pela sua própria natureza antitéticos²

Entretanto, Raul Prebisch (1949) ao captar o caráter extra-nacional do capitalismo moderno, percebe que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento podem, a nível global, serem criados simultaneamente.

Essa percepção decorre da verificação de que a integração das economias periféricas em escala mundial não conduziu a um crescimento auto-sustentado, mas a uma modernização onde as condições de dependência subsistiram através da aliança entre interesses nacionais - o empreendedor de Rostow - e internacionais, expressos, via de regra, por empresas multinacionais.

A questão que se coloca então é saber a quem poderia caber o papel que Rostow reservava aos empresários locais, isto é, o agente do desenvolvimento. Ao Estado cabe(ria) então a função de promotor do desenvolvimento.

Esta percepção conduz à necessidade de se readaptar teoria e política econômica ao contexto de cada país.

As revisões teóricas da Cepal, foram assinaladas por Cardoso e Fishlow (1990). A primeira é o ajustamento macroeconômico, onde a restrição cambial antes do que a poupança é o determinante do crescimento. O segundo ponto salientado são as distorções microeconômicas, ou seja, o não funcionamento de um sistema de preços, o que conduz a um terceiro ponto: o papel marcante da intervenção estatal no processo de desenvolvimento, uma vez que se o mercado (sistema de preços) não funciona, o Estado é que assume a função de coordená-lo.

Países centrais e periféricos são conceitos forjados dentro da concepção dualista cepalina. De forma sintética, podemos dizer que os países centrais são aqueles que determinam o ritmo de progresso tecnológico e econômico. Os países periféricos, por sua vez, não produzem avanços tecnológicos, apenas buscam atualizações frente às inovações já implementadas.

²Outro aspecto que escapa à sua abordagem, e mesmo a seu tempo é a noção de que as experiências industrializantes que geravam um alto grau de degradação ambiental não poderiam mais se repetir.

Apesar de representar um alargamento teórico em relação ao pensamento tradicional, a visão de Prebisch (e da Cepal³) não questionou a unicidade de caminhos do desenvolvimento ao simplesmente buscar saídas alternativas para a América Latina. Preserva-se entretanto, a concepção da existência de um modelo geral para o desenvolvimento, mantendo-se que, as forças para a mudança das estruturas produtivas, são determinadas de maneira exógena às economias primárias exportadoras.

Gershenkron (1962) não concorda com a unicidade de caminhos. Analisando a industrialização europeia verificará por exemplo, que enquanto na Inglaterra ocorreu um processo espontâneo através do reinvestimento de lucros, o sistema bancário foi essencial à Alemanha, o Estado foi preponderante na Rússia e o mercado de capitais, já fora da Europa, foi fundamental para os EUA. Assim percebe-se que não houve uma cópia dos modelos anteriores.

Embora abandone a premissa da unicidade de caminhos, Gershenkron (1962:08) permanecerá crédulo que a tecnologia é o fator determinante e estratégico do desenvolvimento, assim como Rostow e Prebisch. Desta forma afirmará que o fato básico é que o contingenciamento de grandes importações de máquinas externas e know-how, e as concomitantes oportunidades de uma rápida industrialização, com o passar do tempo, aumentam consideravelmente o abismo entre as potencialidades econômicas e a realidade econômica em países atrasados.

Esta passagem rápida sobre a literatura do desenvolvimento econômico teve apenas a intenção de demonstrar, que a despeito do rigor intelectual em que foram moldados, e mesmo a sua evolução, elas contém o ingrediente que precisamente procuramos enfocar: a noção de que a industrialização é o caminho para desenvolvimento (seja ele social ou econômico). Especificamente no caso brasileiro, como já citado, podemos perceber os efeitos dessa confusão. Com a Conferência de Estocolmo e a publicação do relatório do Clube de Roma, em 1972 (Meadows), tal noção passa a ser questionada, ou melhor, reinterpretada.

I.a - Uma Tentativa de Reformulação do Conceito de Desenvolvimento

A crença de que a industrialização, ou a adoção do padrão tecnológico das economias avançadas era o caminho do desenvolvimento foi abalada com a publicação do relatório do Clube de Roma em 1972, pois este apresentava um quadro sombrio para a humanidade, ao constatar que o

³Oswaldo Sunkel no final dos anos 70 e inícios dos 80 introduz a variável ambiental no pensamento Cepalino.

crescimento da população, do consumo e dos recursos naturais eram exponenciais, ao passo que estes últimos eram finitos e limitados, acarretando num curto espaço de tempo, uma catástrofe dos fundamentos naturais da vida.

A questão era então: o que aconteceria se o padrão de desenvolvimento e consumo dos países ricos se universalizasse para todos os países? A resposta era que o sistema econômico mundial entraria em colapso, em virtude da magnitude da pressão sobre os recursos naturais não renováveis e a poluição do meio ambiente.

A despeito de suas previsões catastróficas (ou catastrofistas), e mesmo de seu componente ideológico, o relatório tratou de "... reconhecer que o que chamamos de criação do valor econômico tem como contra-partida processos irreversíveis no mundo, cujas consequências tratamos de ignorar". (Furtado, 1974, pg. 20).

Uma das soluções para interromper (ou mitigar) este processo, era a adoção de políticas de redução da natalidade, daí o seu caráter neo-malthusiano, uma vez que via no aumento de natalidade, em especial no terceiro mundo, um elemento que forçaria ainda mais o dispêndio de recursos naturais. Aspecto interessante a se ressaltar é o fato de que apesar do grande aumento da população do mundo subdesenvolvido (apesar das taxas atuais decrescentes), estudos mostram que ainda assim, os 13% dos habitantes do planeta que vivem nos países desenvolvidos consomem cerca de 87% das fontes energéticas.

A conclusões semelhantes (sobre os recursos naturais e a poluição ambiental) chegaram os participantes da Conferência de Estocolmo. Nessa ocasião, o governo brasileiro adquiriu uma certa notoriedade ao pedir que as indústrias poluidoras viessem se instalar aqui, uma vez que o problema brasileiro principal identificado era a pobreza, e o caminho para sair desta situação era a modernização via industrialização - a Cepal já advertia muitos anos antes a diferença de estágio industrial entre o Norte e o Sul. Polêmicas a parte, o fato é que a partir deste momento, a variável ambiental passa a adquirir uma maior importância na discussão do (sub)desenvolvimento, assim como as desigualdades sociais propiciadas pelo modelo; muito embora o movimento ambientalista já tivesse se iniciado muitos anos antes.

A partir daí, procedeu-se a uma revisão dos conceitos desenvolvimentistas, surgindo então esboços de estilos alternativos, sobressaindo-se entre eles o do ecodesenvolvimento (que foram melhor formulados por Sachs, 1986), que tinha por objetivo melhorar a qualidade de vida das populações dos países subdesenvolvidos, e a satisfação de suas necessidades básicas, por meios de tecnologias social e ecologicamente adequadas, que fossem restritivas quanto ao uso de

combustíveis fósseis e minimizadores de impactos ambientais. Esta concepção propunha ainda uma descentralização das tomadas de decisão e a solidariedade para com as gerações futuras.

Seus preceitos básicos podiam ser assim resumidos:

- Deve-se renunciar à crença de um crescimento exponencial ilimitado;
- Não se pode falar em desenvolvimento sustentado apoiado na exportação maciça dos recursos naturais locais;
- O ritmo crescente da degradação ambiental não pode ser mantido;
- A qualidade de vida deve ser o objetivo fundamental de qualquer desenvolvimento;
- A fé indiscriminada no progresso através da ciência não pode ser mantida;
- Não é possível se manterem altos os níveis de consumo dos países industrializados e das elites dos países do Terceiro Mundo.

Tal formulação foi um embrião do que nos anos 80 veio a adquirir uma maior notoriedade, principalmente por ser veiculado a partir de organismos internacionais oficiais: o conceito de “desenvolvimento sustentável”. Este foi veiculado pela primeira vez no chamado Relatório Brundtland (WCED, 1987)

Na definição deste relatório, o desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas. Introduz ainda uma dimensão ética e política, ausente em propostas anteriores, uma vez que entende que o desenvolvimento é um processo de mudança social, que implica transformações das relações econômicas e sociais, o que implicaria numa revisão de processos cruciais, como a democratização do acesso aos recursos naturais pelos vários setores da população e na distribuição dos custos, e principalmente dos benefícios do desenvolvimento.

Embora tenha deixado mais explícito o conceito, o relatório, otimista, carrega consigo alguns senões: “... a maioria dos partidários do otimismo transmitido pelo Relatório Brundtland parecem enxergar os problemas ambientais como meros defeitos na alocação de recursos que poderiam ser corrigidos através de taxações específicas. Acreditam que, uma vez restabelecida a igualdade entre custos privados da firma e os custos que sua atividade inflige à sociedade, voltaria a haver coincidência entre o ótimo individual e o ótimo coletivo. Assim, a procura do lucro continuaria a ser a melhor alavanca do bem estar social e a lógica do mercado continuaria sã e salva.”(Veiga in Lavinas, 1994. pg. 154).

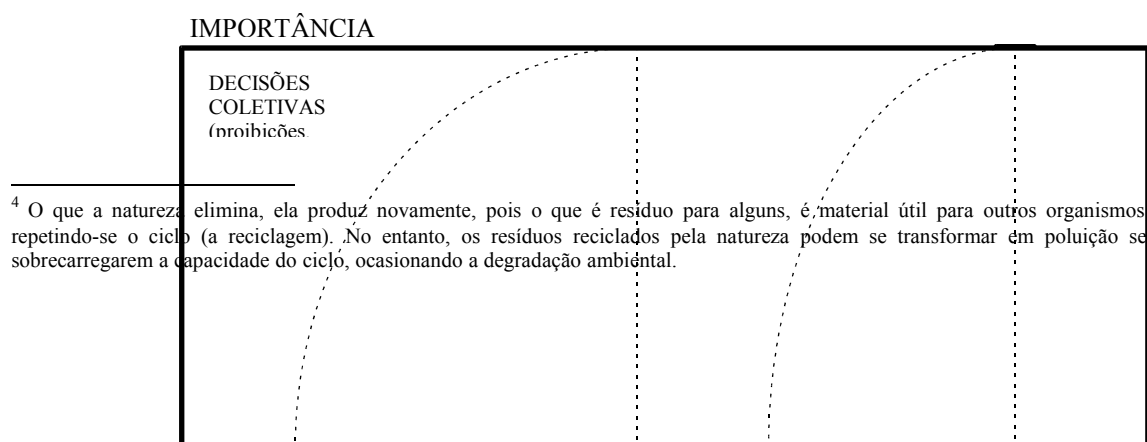
Interessante aqui salientar é o fato de que foi a lógica imediatista e individualista do capital, ao decompor a essência humana e natural da sociedade em elementos passíveis de troca que fez

com que o processo de industrialização historicamente apresentasse baixa ou nenhuma capacidade de reciclar⁴ seus recursos. Tal fato não implica atribuir ao mercado uma incapacidade de lidar com a degradação ambiental; o capitalismo vem apresentando de certa forma, uma capacidade adaptativa no sentido de integrar constrangimentos ecológico-ambientais, o que se verifica na proliferação de equipamentos anti-poluentes, ensejando o controle dos efeitos da degradação ambiental; afinal, todos dependem dos recursos naturais, principalmente a atividade industrial.

A crença do Relatório nas forças do mercado para solucionar problemas ambientais faz lembrar preceitos da economia neoclássica, que entende os problemas ambientais como meras externalidades dos projetos de desenvolvimento. Nesse sentido, e mesmo após a Conferência do Rio-92, mais precisamente na Agenda 21 (ICED), como medida imediata “recomendam-se ajustes nos cálculos do crescimento econômico para que levem em conta a depreciação dos recursos naturais e as perdas irreversíveis” (May, 1995, pg. 4). Segundo a resolução do ICED: “... um princípio prático e equitativo que poderia ser aplicado por todas as nações...é aquele da total valoração dos recursos naturais... Os sistemas de contas nacionais (devem ser adaptados para) ... levar em consideração plenamente os prismas social e ambiental, assim como o econômico, dos custos e benefícios do uso dos recursos naturais (ICED, 1992 in May, 1995).

Seguindo tal raciocínio, formulações mais modernas preconizam a valoração de todos os recursos naturais, bem como sua tipificação (conforme quadro abaixo), tornando imprescindível a interferência do Estado no processo. Dessa forma, a degradação ambiental seria inibida por meio de taxas e tarifas, variando de acordo com o grau de importância e reversibilidade do recurso. Seria a forma de se cobrar pelas externalidades negativas provocadas pela alocação de recursos e de certa forma, ressarcir aos segmentos da população não envolvidas nas atividades predatórias, uma vez que à medida em que se amplia o público afetado pela degradação ambiental, torna-se imprescindível a distribuição dos custos de proteção ao meio ambiente, já que os diversos segmentos são atingidos desigualmente em função dos recursos particulares de que dispõe.

Quadro 1- Intervenção Pública para proteger o capital natural (May, 1995)



MERCADOS
REGULADOS
(padrões, quotas)

MERCADOS ABERTOS
(impostos de
emissão/denlecão)

REVERSIBILIDADE

Como afirma Veiga (in Lavinas, 1994, pg. 153), “alguém poderia ser contra o desenvolvimento sustentável?”. Resta saber como o conceito e a formulação se coadunam com a lógica capitalista imperante e seus últimos desdobramentos. A aplicação não é tão tranquila quanto possa parecer...

II - O desenvolvimento econômico do Vale do Ribeira

A meio caminho das capitais dos estados de São Paulo e Paraná, no litoral sul de São Paulo, prensada entre o Atlântico e a Serra do Mar, a região do Vale do Ribeira caracteriza-se por ser uma área de serra com baixada que dá para o mar onde, ao centro, corre o Rio Ribeira de Iguape, resultado da junção dos rios São Lourenço e Juquiá-Guaçu e que recebe, próximo ao ponto médio da região, as águas do Jacupiranga. Aspecto primordial, no entanto, para entendimento da região é que ela concentra os últimos resquícios de Mata Atlântica do estado.

O Vale do Ribeira, segundo o conceito de bacias hidrográficas, tendo o denominador comum do Rio Ribeira de Iguape e seus afluentes compreende 17 municípios: Registro, Iguape, Juquiá, Miracatu, Apiaí, Itariri, Pedro de Toledo, Pariquera-Açu, Cananéia, Eldorado, Sete Barras, Ribeira, Juquitiba, Iporanga, Jacupiranga, Tapiraí e Barra do Turvo (São Paulo, 1990). Cabe lembrar que em 1993, o Vale do Ribeira ganhou ainda mais dois municípios, Cajati e Ilha Comprida, que são oriundos do desmembramento efetuado nos municípios de Jacupiranga e Iguape, respectivamente; o que, no entanto, não acarreta incrementos de área. Para o propósito deste trabalho, convencionamos, no entanto, considerar a região administrativa de Registro (segundo a divisão estipulada pela Fundação Seade), como sendo a região do Vale do Ribeira;

nesse sentido os dados aqui demonstrados excluem os municípios de Apiaí, Ribeira, Juquitiba, Iporanga e Tapiraí⁵. A saber:

Tabela 1 - Área, População: 1991; Valor Adicionado: 1993*

Regiões	Área	População	V.A. em R\$	Participação no total	Valor per capita
R.A. Registro	11.492	224.515	268.401.281	0,16	1.150,98
Estado SP	248.600	31.546.573	167.762.224.668	100,0	5.135,20

* Em R\$ de dezembro de 1994, corrigido pelo IGP-DI

Fonte: Secretaria da Fazenda/ Coordenação de Administração Tributária - Fseade

Analisando-se a evolução histórica do Vale do Ribeira desde os seus primórdios, pode-se perceber a ocorrência de pelo menos dois momentos significativos em que ele esteve prestes a se integrar de forma ativa ao processo de desenvolvimento em curso.

O primeiro desses momentos deu-se no final do século XVII e início do século XVIII, quando da exploração aurífera na região (Gadelha, 1982), que orientou a formação dos núcleos de povoamento na forma que hoje se configura, locais (Registro, Sete Barras...) que ainda hoje existem. Mas, o rápido surto logo se esvai, o atrativo que o ouro das Minas Gerais exercia era muito mais forte e encontrado em muito maior escala que os oferecidos pelo Vale (São Paulo (Estado), 1992) (Petrone, 1966).

O segundo momento que se pôde observar diz respeito a cultura de arroz no final do século XVIII e século XIX. Apesar de a cultura ter conseguido obter certa notoriedade - o "arroz de Iguape" chegou a adquirir fama internacional neste período (Muller, 1980) -, a partir de meados do século XIX, com a concorrência ao produto aumentando (novas áreas no interior do estado passaram a ser também produtoras), e com a dificuldade de se repor a mão- de- obra escrava (uma consequência do Tratado de 1850) que migrava para a cultura de café (que monocultor, passava a dominar toda a produção, eliminando as zonas produtoras de subsistência), os seus custos de produção viram-se então muito altos, não competitivos. Mas, talvez, um dos principais fatores para a decadência foi a desativação do porto de Iguape que ocorreu em consequência da construção do Canal do Valo Grande, no início do século 19, que provocou o assoreamento da Barra do Icapara (São Paulo (Estado), 1992).

Observando estes momentos da economia do Vale do Ribeira, pode-se constatar a perda de oportunidades para uma participação mais significativa na economia paulista, que se explicam tanto

⁵ Municípios que, a despeito de sua semelhança com os pertencentes à R.A de Registro, para efeito de demonstração resolvemos descartar. Cabe salientar que a abrangência dos processos aqui analisados, em muitos casos ultrapassam a delimitação aqui proposta e mesmo os limites do estado de São Paulo.

pelo seu relativo potencial, quanto pelas dificuldades geográficas, aliados à sua coincidência a momentos também singulares da economia brasileira.

No século XX, o "desenvolvimento" parece chegar com mais determinação ao país. Não para o Vale especificamente, mas, ainda assim dá-se nesta fase a abertura de novas vias de comunicação terrestre (que por via indireta, finalmente atingiria a cidade de São Paulo), vinculadas ao início da colonização japonesa (Muller, 1980). Mas, o isolamento ao longo da história levou-a a uma economia de subsistência, enquadrando-a no que Cândido (1977) definiu como organização caipira⁶; não obstante o crescimento em importância econômica que a produção da banana e do chá, implantadas neste século, trouxeram à região.

Com a abertura da BR-116, nos anos 60, o Vale passa a ter ligação direta com as capitais dos estados de São Paulo e Paraná, o que apesar de facilitar sobremaneira o escoamento da produção regional, trouxe também a agudização da luta pela posse da terra e a especulação imobiliária.

O planejamento estatal delineado e executado na região não conseguiu superar as deficiências econômico-sociais que afeta(va)m o Vale, uma vez que visavam fundamentalmente a criação de infraestrutura para a exploração de seus recursos naturais (minério, madeira, peixes...) em benefício de alguns grupos econômicos privados (Muller, 1980).

Ainda hoje, aspectos fundamentais como saúde, educação e saneamento são temas longe de atingirem padrões mesmo verificados nas demais áreas do estado, o que traz consigo primordialmente a existência de uma grande população de baixa renda (vide tabelas abaixo).

Tabela 2 - Chefes de Domicílios segundo classes, em % - 1991

Regiões	Salários Mínimos									Total
	até 1	+ de 1 a 2	+ de 2 a 3	+ de 3 a 5	+ de 5 a 10	+ de 10 a 15	+ de 15	s/ rend.	s/ declaração	
R.A. Registro	25,49	30,53	14,19	10,61	7,95	2,31	2,09	6,58	0,26	100,0
Estado SP	11,62	20,63	16,27	17,64	16,73	5,57	6,28	4,23	1,02	100,0

Fonte: FIBGE, Fseade

Tabela 3 - Educação; Chefes em domicílios particulares permanentes segundo anos de estudo: 1991

Regiões	Grupos de anos de estudo do chefe						Total de chefes
	s/ instr. 0 a - de 1	1 a 3	4 a 7	8 a 10	11 a 14	15 ou + anos	
R.A. Registro	23,47	23,97	34,77	8,53	6,74	2,52	100,0
Estado SP	12,75	17,50	36,98	12,09	12,33	8,36	100,0

Fonte: FIBGE; Fseade

⁶"Cultura ligada a formas de sociabilidade e de subsistência que se apoiam, por assim dizer, em soluções mínimas, apenas suficiente para manter a vida dos indivíduos e a coesão dos bairros". (Cândido, 1977)

Tabela 4 - Alguns indicadores de saúde e demografia: 1993

Regiões	taxa de urbanização	taxa de alfabetização	abast. de água (nível de atend.)	esg. sanitária (nível de atend.)	taxa de mortalidade
R.A. Registro	60,79	78,88	90,96	56,90	13,03
Estado SP	92,79	86,43	96,39	80,83	9,19

Fonte: FSeade.

A economia da região ainda hoje escora-se na produção agrícola, que se encontra sem condições de ampliar sua área de trabalho; é que a parcela de *terras boas* (terras com aptidão agrícola) (Lepsch, Sakai & Arizzo, 1988), que representa uma pequena parte do seu território já se encontra quase que totalmente explorada, não criando condições mesmo para a expansão da agricultura da região.

Desta forma, a produção da banana, que desde a década de 50 constitui-se no seu principal produto vê sua produção estagnar-se nos últimos anos. Alia-se a essa dificuldade física de expansão, a constatação de que as técnicas utilizadas na produção desta fruta (produção, colheita, tratamento final do produto) tornaram-se defasadas, o que faz também com que gradativamente a produção regional perca espaço junto ao mercado consumidor, tanto interno quanto externo.

O chá, o outro produto regional, também padece do mesmo mal e nos últimos anos o que se verifica é o profundo processo de decadência que se abate sobre o setor.

O que se pode depreender de tais constatações é que a economia da região, que já possui um nível de atividade aquém da economia paulista, em que quase 70% dos chefes de família percebem renda de até 2 salários mínimos, pode piorar ainda mais, se a análise se limitar somente a estes aspectos.

A questão que cabe salientar, e nesse sentido, conectar ao raciocínio da primeira parte deste trabalho é: como encaminhar, como pensar o desenvolvimento desta região?

Na atualidade, a grande demanda da região consiste na duplicação da Rodovia Régis Bittencourt, a via que liga a Grande São Paulo ao sul do país, e por extensão, à Argentina. Demanda que, pelo desenrolar dos últimos acontecimentos, está perto de ser equacionada (o financiamento para o empreendimento da obra já foi obtida); mas, a visão que os líderes regionais possuem é que obtido tal intento, a região possa se dinamizar e que novos investimentos sejam canalizados no sentido de aproveitamento da região, já que julga-se, ela se localiza em ponto estratégico para o comércio do Mercosul.

O que pretendemos colocar aqui, é que tal raciocínio parece caminhar no sentido da reedição da lógica industrializante, que por si só se encontra em colapso, como demonstrado na primeira parte deste trabalho. Dada a riqueza ambiental da região, cabe tentar formular um conceito de desenvolvimento que leve em consideração essa variável, e que ao mesmo tempo contemple melhorias no padrão de qualidade de vida regional, não reeditando as passagens de uma lógica, que se consegue melhorias em termos de taxa de crescimento econômico, traz consigo a dilapidação do meio ambiente e não melhora em nada a vida do cidadão comum. Utopia?

III. Repensando o Desenvolvimento

A região do Vale do Ribeira pode constituir-se num exemplo emblemático de uma nova forma de se pensar a questão do desenvolvimento. Face às peculiaridades ambientais da região, qualquer nova formulação do termo, deve levar em consideração a necessidade de se equacionar tal patrimônio à uma capacidade de obtenção de resultados compatíveis com uma empreitada capitalista.

Nesse sentido, as formulações de desenvolvimento sustentável nos alertam para a necessidade de se explorar racionalmente os recursos naturais do planeta - e ninguém em sã consciência pode ser contra isso. O avanço tecnológico que propicia a adoção de técnicas que culminem numa menor degradação ambiental é plenamente passível de execução. Mas, tal abordagem destina-se muito mais aos países que já atingiram um estágio mais elevado de desenvolvimento capitalista, e que também possuem um grau de desigualdade muito menor em sua população. Desta forma, esse tipo de solução, para os países subdesenvolvidos (como no caso do Brasil, e em particular a região do Ribeira) é insuficiente para a resolução da questão, uma vez que nestas localidades, a luta pela sobrevivência se revela de uma forma muito mais aguda, bem como a busca de um estágio compatível de desenvolvimento capitalista *pari passu* às nações desenvolvidas.

Num cenário em que se verifica a ocorrência da “vitória” do livre-mercado (agora “globalizado”), a concorrência capitalista se volta agora para a prospecção de mercados externos, como condição *sine qua non* para a continuidade de expansão de suas economias, situação em que competitividade é a palavra chave.

Dado este estado de coisas, em que continua a imperar a lógica do “progresso” (Buarque, 1990), as perspectivas de sucesso do desenvolvimento sustentável tornam-se prejudicadas, uma vez que esta lógica de acumulação e exploração é que (ainda) direciona os destinos da humanidade.

Há uma crença forte de que o desenvolvimento de tecnologias, ditas sustentáveis, haverá de por termo à exploração irracional dos recursos, mas tais tecnologias não garantem que o desenvolvimento à base de desigualdade se modifique.

Não podemos chamar a este tipo de procedimento, de desenvolvimento. Mas, é difícil de se vislumbrar, sob as condições atuais, de necessidade de se adaptar a padrões de extrema competitividade, a priorização quanto ao nível de qualidade de vida da grande massa dos indivíduos.

O Vale do Ribeira tem então o caráter de situação limite, por isso emblemático, pois, qualquer tipo de desenvolvimento que não releve suas particularidades, demonstrar-se-á insustentável a curto prazo e insuficiente para o encaminhamento da questão.

Nesse sentido, procedeu-se neste trabalho, a tentativa de mensuração do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, para o estado de São Paulo, incluindo-se aí o Vale do Ribeira:

Tabela 5 - Índice de Desenvolvimento Humano
Estado de São Paulo, por Regiões Administrativas: 1991

Regiões Administrativas	Indicador de Nível Educacional	Indicador de Longevidade	Indicador de Renda	IDH
RMSP	0,800	0,717	0,945	0,821
Registro (Vale do Ribeira)	0,735	0,721	0,224	0,560
Santos	0,766	0,703	0,921	0,796
S. José dos Campos	0,792	0,731	0,945	0,823
Sorocaba	0,751	0,715	0,654	0,707
Campinas	0,774	0,750	0,947	0,824
Ribeirão Preto	0,776	0,754	0,865	0,798
Bauru	0,768	0,751	0,694	0,738
S. José do Rio Preto	0,758	0,772	0,536	0,689
Araçatuba	0,767	0,768	0,809	0,781
Presidente Prudente	0,765	0,777	0,468	0,670
Marília	0,766	0,752	0,586	0,701
Central	0,768	0,765	0,779	0,771
Barretos	0,745	0,748	0,745	0,746
Franca	0,760	0,760	0,727	0,749
Desvio-Padrão	0,016	0,023	0,206	0,072
Estado de S.Paulo	0,785	0,731	0,943	0,820

Fonte dos dados: FIBGE; Fundação Seade (dados compilados pelo autor)

Nessa metodologia utilizada pelo IPEA/PNUD (1995), com o intuito de comparar o desenvolvimento de vários países, o Brasil ocupou uma posição intermediária, na 64^a posição

mundial; o estado de São Paulo, consegue um índice que o coloca junto aos países de 1º mundo, mas, o Vale do Ribeira acaba obtendo índice discrepante, que o remete ao nível de desenvolvimento humano dos países africanos.

Cumpra aqui ressaltar que o aspecto que faz com que a região do Vale do Ribeira atinja índice tão abaixo da média do estado consiste no fator renda. Os outros índices são basicamente compatíveis com o que se obtém nas demais regiões.

Desta forma, explicita-se a necessidade de que a região deve procurar paralelamente à sustentabilidade ambiental, num modelo que proteja seu patrimônio, este por sua vez, deve ser capaz de propiciar a seus habitantes uma substantiva melhoria no aspecto renda, provendo aos empreendimentos, e a essa nova visão, uma sustentabilidade também financeira e econômica.

Em que pese a dificuldade da região em encontrar sua vocação econômica adequada - este, talvez, o seu principal problema - tal não pode ser elucidado sem que concomitantemente seja estimulada uma forma de pensar em que se supere uma lógica pura e simples de um progresso que não existe e que não consegue - e nem tem como fim - distribuir seus dividendos.

A situação de bem estar geral não é mais que um mito, mas, não se deve trabalhar num sentido que tenha como objetivo apenas a sua negação. Faz-se necessário que na questão do desenvolvimento econômico seja introduzida uma dimensão ética, em que o investimento privado (e o seu retorno) possa também se converter efetivamente num benefício público. E desta forma respeitar o próprio homem e seu meio-ambiente.

BIBLIOGRAFIA

- BURSZTYN, Marcel - **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo, Brasiliense, 1993
- BUARQUE, Cristovam - **A Desordem do Progresso (o fim da era dos economistas e a construção do futuro)**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- CÂNDIDO, Antonio - **Os Parceiros do Rio Bonito**. Ed. Duas Cidades, São Paulo, 1977.
- CARDOSO, Eliana A & FISHLOW, Albert - "Desenvolvimento Econômico na América Latina: 1950-80. In: Revista Brasileira de Economia. São Paulo, nº 44(3), pg. 331-335, 1990.
- FIBGE - **Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro, FIBGE, 1994.
- FSEADE - **O novo retrato de São Paulo**. São Paulo, Fundação Seade, 1992.
- - **Anuário Estatístico do Estado**. São Paulo, FSEADE, 1993.
- - **Perfil Municipal do Estado de São Paulo**, FSEADE, 1995.
- FURTADO, Celso - **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- GADELHA, Regina M.A. - **Os núcleos coloniais e o processo de acumulação cafeeira**. São Paulo, FFLCH/USP, 1982.mimeo (Tese de Doutorado)
- GERSHENKRON, Alexander - **Economic Backwardness in Historical Perspective**. Cambridge, Belknap, 1962

- LAVINAS, L. e outras (org.) - **Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil**. São Paulo, Hucitec, 1993
- LEPSCH, I.F.; SAKAI, E.P.; H. do Arizzo, L.T.B. - **Levantamento de Reconhecimento com Detalhes da Região do Rio Ribeira de Iguape, no Estado de São Paulo**, Campinas, 1988.
- MAY, Peter H. - *Economia Ecológica*, Rio de Janeiro, Campus, 1995.
- MULLER, Geraldo - **Estado, Estrutura Agrária e População:ensaio sobre a estagnação e incorporação regional**. Petrópolis, CEBRAP, 1980
- MYRDAL, Gunnar - **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas** Ed. Saga, Rio de Janeiro, 1972
- PETRONE, Pasquale - **A Baixada do Ribeira (estudo da geografia humana)**. FFLCH/USP, Boletim nº 283, São Paulo, 1966
- PNUD - **Relatório do Desenvolvimento Humano**, Rio de Janeiro, IPEA/PNUD, 1995
- PREBISCH, Raul - "O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Problemas Principais". In Revista Brasileira de Economia, São Paulo, nº 2(3) , pg. 47-107, 1969.
- ROSTOW, Walt W. - A Decolagem para o Desenvolvimento Auto Sustentado. In: Agarwala, A N. & Singh, S.P. (org), "A economia do subdesenvolvimento", Rio de Janeiro, Forense, pg. 153-193, 1969
- SACHS, Ignacy - **Espaços, tempos e estratégia de desenvolvimento**. São Paulo, Vértice, 1986.
- - **"Recursos, emprego e financiamento do desenvolvimento: produzir sem destruir"** in Revista de Economia Política- vol. 10, nº 01 (37)- jan/mar- 1990
- - **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo, Vértice, 1986a
- - **Estratégias de Transição para o Século XXI (Desenvolvimento e Meio Ambiente)**. São Paulo, Studio Nobel/Fundap, 1993.
- SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Estado do Meio Ambiente **Programa de Educação Ambiental do Vale do Ribeira**. Série Educação Ambiental. São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente, 1992
- SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Economia e Planejamento **Programa de Ação Comunitária Integrada do Vale do Ribeira**. São Paulo, CAR/SEP, 1990a
- SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Agricultura e Abastecimento - **Macrozoneamento das Terras da Região do Rio Ribeira de Iguape,SP**. Instituto Agrônomo, Boletim Científico nº 19, Campinas, 1990b.
- SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Estado do Meio Ambiente **Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH)**. São Paulo , Secretaria do Meio Ambiente, 1990c.
- VEIGA, José E. - **Valorização econômica dos elementos do meio ambiente**. São Paulo, FIPE/SEMA (mimeo), 1990.
- WCED - **Our common Future**. Oxford, Oxford University Press, 1987